



# DIÁRIO DO LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Quarta-feira – 11 de novembro de 2015

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## LIDERANÇAS – 2015

<b>BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT – PMDB – PRB – PCdoB – PTDob – PROS – PR)</b>	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Cristiano Silveira Deputado Doutor Jean Freire Deputado Emidinho Madeira Deputado Celinho do Sinttrocel Deputada Rosângela Reis

<b>BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PSB – PTN – PMN – PEN – PTC – PHS – PPS – PSC – PSD)</b>	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Douglas Melo Deputado Glaycon Franco Deputado Roberto Andrade Deputado Thiago Cota Deputado Wander Borges

<b>BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PTB – PDT – PP – DEM)</b>	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vítor Xavier Deputado Neilando Pimenta

<b>LIDERANÇA DA MAIORIA</b>	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

<b>LIDERANÇA DA MINORIA</b>	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

<b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b>	
-----------------------------	--



Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Léo Portela

**COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PPS – BCMG	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Paulo Lamac	PT – BMM	

**COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Thiago Cota	PPS – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado Paulo Lamac	PT – BMM	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado João Alberto	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Isauro Calais	PMN – BCMG	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	
Deputado Fabiano Tolentino	PV – BCMG	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PPS – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	

**COMISSÃO DE CULTURA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Presidente
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Elismar Prado	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PTN – BCMG	
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PTN – BCMG	

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Elismar Prado	PT – BMM	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Douglas Melo	PSC – BCMG	



MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Tito Torres	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Elismar Prado	PT – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Paulo Lamac	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Ricardo Faria	PCdoB – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB – BMM	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PTB – BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Lamac	PT – BMM	Presidente
Deputado Douglas Melo	PSC – BCMG	Vice-Presidente



Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC
Deputado Professor Neivaldo	PT – BMM
Deputado Ivair Nogueira	PT – BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM
Deputada Arlete Magalhães	PTN – BCMG

### COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Presidente
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PSC – BCMG	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	

### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Fábio Cherm	PSD – BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado Glaycon Franco	PTN – BCMG	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PTN – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	

**COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB – BMM	
Deputado Fábio Cherm	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	



Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG

**COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	

**COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Missionário Marcio Santiago	PTB – BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Léo Portela	PR – BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PSC – BCMG	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	



Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM
Deputado João Alberto	PMDB – BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG

### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PTN – BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Ricardo Faria	PCdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BVC	Vice-Presidente
Deputado Professor Neivaldo	PMDB – BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB – BMM	
Deputado	PCdoB – BMM	

### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:
-------------------





Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMN – BCMG	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

### COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Deiró Marra	PR – BMM	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Léo Portela	PR – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	

### COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputado Professor Neivaldo	PT – BMM	



## COMISSÃO DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS – BCMG	
Deputado Glaycon Franco	PTN – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

## SUMÁRIO

**1 – ATAS**

1.1 – Reuniões de Comissões

**2 – ORDENS DO DIA**

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

**3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

3.1 – Plenário

3.2 – Comissões

**4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATAS****ATA DA 53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/10/2015**

Às 9h12min, comparece na Sala das Comissões o deputado Sargento Rodrigues, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Missionário Marcio Santiago. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações aos agentes de segurança prisionais e aos oito policiais militares lotados no 1º Pelotão Rotam pela prisão de um homem que se passava por agente penitenciário em Juiz de Fora, que foi preso portando falsa identidade da Secretaria de Defesa Social, equipamentos e uniforme do Sistema Prisional. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Raquel Maria Cunha Xaves, agente de segurança penitenciário e assessora Regional de Inteligência da 4ª Região Integrada de Segurança Pública – Juiz de Fora; e os Srs. Raphael Fernandes dos Reis, diretor-geral do Presídio de Bicas e ex-assessor de Inteligência da Central Integrada de Escolta do Sistema Prisional de Juiz de Fora; Alexandre Correa



Barreto, agente de segurança penitenciário e diretor adjunto da Casa do Albergado de Juiz de Fora; Wesley França de Araújo, agente de segurança penitenciário da 4ª Região Integrada de Segurança Pública – Juiz de Fora; Willian de Oliveira Cerqueira, agente de segurança penitenciário da Central Integrada de Escolta do Sistema Prisional de Juiz de Fora; Pedro Luciano de Souza, agente de segurança penitenciário da Central Integrada de Escolta do Sistema Prisional de Juiz de Fora; Vanderly Ferreira Duarte, agente de segurança penitenciário da Central Integrada de Escolta do Sistema Prisional de Juiz de Fora; Dalmo Lopes Netto, agente de segurança penitenciário do Centro de Remanejamento do Sistema Prisional de Juiz de Fora; Raphael Moreira Fantini, agente de segurança penitenciário do Centro de Remanejamento do Sistema Prisional de Juiz de Fora; Maj. PM Robson Garrido de Paiva Silva, comandante da 4ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar de Minas Gerais, representando o 2º Ten. PM João Paulo Lopes Gomes, comandante do 1º Pelotão Rotam – Juiz de Fora; 3º Sgt. PM Gilson Ricardo da Silva Freitas, do 1º Pelotão Rotam da 4ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar de Minas Gerais – Juiz de Fora; Cb. PM Alex Sandro Corrêa Pinto, do 1º Pelotão Rotam da 4ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar de Minas Gerais – Juiz de Fora; Cb. PM Riller Silveira Andrade, do 1º Pelotão Rotam da 4ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar de Minas Gerais – Juiz de Fora; Cb. PM Ricardo Ataídes da Silva, do 1º Pelotão Rotam da 4ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar de Minas Gerais – Juiz de Fora; Cb. PM Wesley de Araújo Botto, do 1º Pelotão Rotam da 4ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar de Minas Gerais – Juiz de Fora; Cb. PM Marcelo da Silva Neves, do 1º Pelotão Rotam da 4ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar de Minas Gerais – Juiz de Fora, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente tece suas considerações iniciais e concede a palavra ao deputado Missionário Marcio Santiago, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do deputado Cabo Júlio. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio – Missionário Marcio Santiago.

#### **ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/10/2015**

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Carlos Pimenta e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Raphael Caio Rios Barbalho Soares, escrivão em exercício do Cartório da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, encaminhando cópia de acórdão, em cumprimento ao disposto no primeiro parágrafo da folha 88. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Nívia Mônica da Silva, promotora de justiça (8/10/2015), e dos Srs. Alex Sandro Gonçalves Pereira, chefe de gabinete do ministro substituto do Trabalho e Emprego (17/9/2015), João Pedro Gonçalves da Costa, presidente da Funai, e do Cel. PM. Márvio Cristo Moreira, chefe da Assessoria Institucional da Polícia Militar (18/9/2015), Bruno Marques de Almeida Rossi, promotor de justiça na Comarca de Coromandel (24/9/2015), Lincoln Portela, deputado federal, Cássio Azevedo Fontenelle, juiz auxiliar da Corregedoria e diretor do Foro de Belo Horizonte, e Antônio Sérvulo dos Santos, corregedor-geral de justiça (26/9/2015), José Luis Ferrarezi, presidente da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, e Anderson Macedo Ramos, diretor de Vigilância em Serviços de Saúde (3/10/2015), e Antônio Sérvulo dos Santos, corregedor-geral de justiça (2), Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de justiça, e Edson Serafim Camargos, corregedor-geral

de Polícia Civil (8/10/2015). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.223/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Paulo Lamac. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente avoca para si a relatoria do Projeto de Resolução nº 11/2015, em turno único, em virtude de redistribuição. É adiada a discussão, a requerimento do deputado Carlos Pimenta, aprovado pela comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Recebidos e submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.842/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Promotoria de Execuções Criminais da Comarca de Teófilo Otôni pedido de providências para se averiguar, com a interposição das medidas judiciais e administrativas pertinentes e a cargo do órgão, a rebelião e os fatos (inclusive a morte de detentos) ocorridos no presídio desse município, em 12/10/2015;

nº 3.843/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de informações sobre a motivação que levou à rebelião ocorrida no presídio de Teófilo Otôni, em 12/10/2015, tendo em vista a garantia dos direitos fundamentais, conforme a alínea “a” do inciso V do art. 102 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente – Durval Ângelo – Rogério Correia.

#### **ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/10/2015**

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.088/2015 (Vanderlei Miranda) e 1.675/2015 (Tito Torres), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.015/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Arnaldo Silva, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Resolução nºs 25 a 30/2015 (relator: deputado Tiago Ulisses), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 19 a 26/2015. Registra-se a presença do deputado Carlos Pimenta (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.844/2015, do deputado Tiago Ulisses, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular, no dia 26/10/2015, às 14h30min, no Salão Nobre, para debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019;



nº 3.845/2015, do deputado Tiago Ulisses, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular, no dia 28/10/2015, às 17 horas, no auditório desta Casa, para debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do Eixo de Infraestrutura e Logística, e que sejam convidados os membros das Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, Assuntos Municipais e Regionalização, Minas e Energia e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

nº 3.846/2015, do deputado Tiago Ulisses, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Participação Popular, no dia 29/10/2015, às 17 horas, no auditório desta Casa, para debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do Eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico, e que sejam convidados os membros das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, Política Agropecuária e Agroindustrial, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Minas e Energia e Educação, Ciência e Tecnologia;

nº 3.847/2015, do deputado Tiago Ulisses, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular, no dia 3/11/2015, às 17 horas, no auditório desta Casa, para debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do eixo de Segurança Pública, e que sejam convidados os membros das Comissões de Segurança Pública e de Prevenção e Combate ao Uso do Crack e Outras Drogas;

nº 3.848/2015, do deputado Tiago Ulisses, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular, no dia 4/11/2015, às 17 horas, no auditório desta Casa para debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do Eixo de Saúde e Proteção Social, e que sejam convidados os membros das Comissões de Saúde, do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, de Direitos Humanos, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Esporte, Lazer e Juventude;

nº 3.849/2015, do deputado Tiago Ulisses, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular, no dia 5/11/2015, às 17 horas, para debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do Eixo de Educação e Cultura, e que sejam convidados os membros das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia, de Cultura e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Arnaldo Silva – Felipe Attiê – Tito Torres – Vanderlei Miranda – Celise Laviola.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/10/2015**

Às 10h10min, comparece na Sala das Comissões o deputado Doutor Jean Freire, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as questões relacionadas com a Vila Arthur de Sá, localizada na região Nordeste de Belo Horizonte, na qual os moradores estão sofrendo violação de direitos, conforme solicitado pelos representantes da Comissão de Moradores da Vila Arthur de Sá, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Raquel Portugal Nunes, assessora jurídica, representando Helder Magno da Silva, procurador da República e procurador Regional dos Direitos do Cidadão adjunto; Ana Flávia Martins Machado, coordenadora do Núcleo de Trabalho Técnico Social da Urbel, representando Josué Costa Valadão, secretário municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte; e os Srs. Thiago Penido Martins, gerente do Departamento



Jurídico, e Aderbal Geraldo Freitas, coordenador social – Vila Viva Serra/Via 710 da Urbel, representando Josué Costa Valadão, secretário municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte; Estevão Ferreira Couto, defensor público da União do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva em Belo Horizonte; Lucas Diz Simões, defensor público do Núcleo de Cooperação Cível; André Luiz Freitas Dias, professor da UFMG e coordenador do Programa Polos de Cidadania; Cristiano Silva, assessor de Comunicação do Programa Polos da Cidadania; Adriano Ventura, vereador do Município de Belo Horizonte; Erick Nielsem, fiscal da Obra Center Minas; Robson Onofre Knofel, representante dos moradores da Vila Arthur de Sá; Adílson Vieira de Freitas, liderança dos moradores da Vila Arthur de Sá; Edson Fernandes da Costa, liderança dos moradores da Vila Arthur de Sá; e Luiz Fernando Vasconcelos, advogado, representando Isabela Gonçalves Miranda, militante das Brigadas Populares, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2015.

Marília Campos, presidenta – Doutor Jean Freire – Fábio Cherem.

#### **ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/10/2015**

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Douglas Melo e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Noraldino Júnior, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relator o deputado mencionado entre parênteses: no 1º turno, Projetos de Lei nºs 50, 221 e 2.634/2015 (Elismar Prado). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.864/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado ao Detran-MG pedido de providências para prorrogar a data de início da fiscalização do porte da autorização para conduzir ciclomotores – ACC;

nº 3.865/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Procon Assembleia pedido de providências para verificar a adequação da venda de animais no Mercado Central ao Código de Defesa do Consumidor;

nº 3.866/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor pedido de providências para a instauração de inquérito que apure a incompatibilidade entre o comércio de animais no Mercado Central de Belo Horizonte e o Código de Defesa do Consumidor, acompanhado de laudo técnico-pericial sobre as condições sanitárias e de trato dos animais mantidos e comercializados no Mercado, da Informação Técnica nº 57/2013 Cetas/Ditec do Ibama e de vídeo com pareceres de técnicos ambientalistas, veterinários e professores sobre a incompatibilidade sanitária da venda de animais no Mercado Central de Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2015.

Elismar Prado, presidente – Noraldino Júnior – Sargento Rodrigues.

**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/10/2015**

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Noraldino Júnior e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Ricardo Faria, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são recebidos e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.867/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja encaminhado ao prefeito de Belo Horizonte pedido de informações sobre os alvarás sanitários vigentes para os estabelecimentos de comércio de animais vivos do Mercado Central, acompanhados das respectivas cópias;

nº 3.868/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado às prefeituras dos municípios mineiros com população superior a 40 mil habitantes pedido de providências para que seja implantado um programa municipal de castração de animais domésticos como forma de controle populacional de cães e gatos;

nº 3.869/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre quantas e quais são as unidades da Polícia Militar de Minas Gerais que utilizam cães e cavalos para o serviço de policiamento;

nº 3.870/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja realizada reunião com a presença do médico-veterinário Gilson Dias Rodrigues para expor as razões técnico-periciais do laudo produzido sobre as condições sanitárias e de trato dos animais mantidos e comercializados no Mercado Central de Belo Horizonte;

nº 3.871/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre quantos e quais órgãos públicos do Estado fazem uso de animais para a realização de serviços; as espécies utilizadas e o quantitativo respectivo e se existe cadastro desses animais, de cuja cópia, caso exista, solicitam o envio;

nº 3.872/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja formulado voto de congratulações com Lincoln Luiz Pereira, promotor de justiça do Estado do Paraná, pela atuação na interposição de ação civil pública que obteve decisão judicial proibindo a realização de eventos que utilizem instrumentos de maus-tratos aos animais na Comarca de Grandes Rios, nesse estado;

nº 3.873/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja formulado voto de congratulações com Fernanda Orsomarzo, juíza de direito da Comarca de Grandes Rios, no Estado do Paraná, pela decisão interlocutória proferida em sede de ação civil pública que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela, determinando a proibição do uso de subterfúgio para provocar sofrimento nos animais durante a IV Festa do Laço Comprido realizada no Município de Rosário do Ivaí, nesse estado;

nº 3.874/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para apuração do crime ambiental ocorrido no Município de São Lourenço, onde aproximadamente oito animais ficam sem água nem comida e expostos ao sol durante horas enquanto são utilizados para passeio de crianças;

nº 3.875/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam que seja encaminhado à Polícia Militar do Meio Ambiente de São Lourenço pedido de providências para fiscalização e autuação dos responsáveis caso seja verificada a ocorrência de crime de maus-tratos contra animais nesse município, onde, aproximadamente, oito animais ficam sem água nem comida e expostos ao sol durante horas enquanto são utilizados para passeio de crianças;



nº 3.876/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado à Procuradoria da República em Viçosa – PRM Viçosa – pedido de providências para que proceda à fiscalização dos termos acordados no Termo de Ajustamento de Conduta PRM/GB/MML/2009 – Inquérito Civil Público nº 1.22.000.002516/2002-46, tendo em vista as várias denúncias de não cumprimento do referido termo;

nº 3.877/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Montes Claros pedido de providências para que seja conduzido com rigor e celeridade o inquérito policial instaurado para apurar crime de maus-tratos ocorrido no Município de Glaucilândia contra um gato doméstico que teve decepados o rabo e uma perna dianteira;

nº 3.878/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária pedido de providências para que elabore laudo técnico sobre as condições de trato, saúde e manutenção dos animais que são comercializados e mantidos no Mercado Central de Belo Horizonte e sua incompatibilidade com as legislações vigentes;

nº 3.879/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os casos de envenenamento de cães em praça pública ocorridos recentemente no Município de Formiga;

nº 3.880/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita ao Município de Formiga para averiguar as recentes denúncias de envenenamento de animais em praça pública.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2015.

Noraldino Júnior, presidente – Ione Pinheiro.



## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 92ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/11/2015

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão do parecer pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 18/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que assegura às mulheres com elevado risco de desenvolver câncer de mama o acesso ao teste de mapeamento genético pelo Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela inconstitucionalidade do projeto.





Votação do Requerimento nº 213/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a paralisação das obras dos hospitais regionais no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 286/2015, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações acerca da falta de água e da superlotação no Ceresp, em Betim, que motivou o princípio de motim em 9/3/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 383/2015, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão de Águas pedido de informações sobre a situação do Rio Capivari, sobre o prazo de concessão de outorga às empresas de eucalipto e café presentes na região e sobre o volume de vazão autorizado para captação de água por essas empresas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 385/2015, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao comandante-geral e ao corregedor-geral da PMMG pedidos de informações sobre as medidas adotadas por essa corporação ao final das apurações de crimes militares e infração disciplinar supostamente praticados pelo 2º-Ten. PM Paulo César Pereira Chagas e sobre os resultados da adoção dessas medidas e cópias dos Requerimentos de Comissão nºs 761 e 762/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 537/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações acerca da relação de municípios que receberam transferência de ativos de iluminação pública da companhia e qual o motivo do atraso de transferência para alguns municípios. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 681/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações acerca da situação geral dos lotes das obras da Rodovia BR-381. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 711/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita sejam encaminhados à presidente da Copasa-MG e ao diretor-geral da Arsae-MG pedidos de informações quanto ao aumento de 15,04% da tarifa de água e esgoto, principalmente os aspectos jurídico e econômico que autorizam o reajuste e o cálculo utilizado para se alcançar esse percentual. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 748/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita a inserção nos anais da Casa do artigo “Crise de identidade no setor elétrico”, de Diogo Mac Cord de Faria, coordenador do MBA em Setor Elétrico da FGV/Faculdade IBS, publicado no jornal *Estado de Minas* do dia 24/4/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 783/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações quanto ao andamento do projeto para construção de um presídio no Município de Poços de Caldas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 812/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita sejam encaminhados à presidente da Copasa-MG pedido de informações consubstanciadas em cópia da ata do dia 23/4/2015, dessa empresa, que faz referência a aporte de R\$128.000.000,00 relativo a aditivo de parceria público-privada do setor hídrico, para cuja execução seriam empregados recursos do tesouro do Estado; e cópia do registro desse aditivo e o fundamento legal para esse aporte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

**2ª Fase****(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.088/2015, do deputado Sávio Souza Cruz, que dá nova redação ao art. 2º Lei nº 18.707, de 7 de janeiro de 2010. (Concede prazo ao donatário para cumprir a destinação prevista na doação.) A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.109/2015, do deputado Tito Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Caparaó o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.196/2015, do deputado Tito Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rodeiro o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.675/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patrocínio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.720/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 19.091, de 30 de julho de 2010, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Habitação – FEH –, criado pela Lei nº 11.830, de 6 de julho de 1995. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 919/2015, do deputado Paulo Guedes, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Janaúba o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.095/2015, do deputado Bráulio Braz, que autoriza o poder Executivo a fazer reverter ao Município de Dores do Indaí o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.588/2015, do deputado Carlos Pimenta, que altera o art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. (Estabelece condição para cobrança de tarifa em rodovias.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.606/2015, do deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Visconde do Rio Branco o terreno que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



**ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 11/11/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 2.750/2015, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/11/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 919/2015, do deputado Paulo Guedes; 1.095/2015, do deputado Braulio Braz; 1.606/2015, do deputado Durval Ângelo; 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 901/2015, do deputado Fred Costa.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 11/11/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.868/2015, do deputado Ulysses Gomes.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 51, 56, 117, 196/2015, do deputado Fred Costa; 343/2015, do deputado Fred Costa e do deputado Noraldino Júnior; 552/2015, do deputado Fred Costa; 710/2015, do deputado Gustavo Valadares; 930/2015, do deputado Fred Costa; 1.014/2015, do deputado Lafayette de Andrada; 1.024/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; 1.145/2015, do deputado Isauro Calais; 1.406/2015, do deputado Carlos Henrique; 1.476/2015, do deputado Carlos Pimenta; 1.753/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 1.826/2015, do deputado Fred Costa; 2.027/2015, do deputado Elismar Prado; 2.177/2015, do deputado Roberto Andrade; 2.730/2015, do deputado João Alberto; 2.790/2015, do deputado Cássio Soares; 2.870, 2.951, 2.952/2015, do deputado João Alberto; e 2.982/2015, do deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.218/2015, do deputado Ulysses Gomes; 1.598/2015, do deputado Adalclever Lopes; 1.613/2015, do deputado Lafayette de Andrada; 1.283/2015, da deputada Rosângela Reis; 2.682/2015, do deputado



Bosco; 2.715/2015, do deputado Rogério Correia; 2.976/2015, do deputado Gilberto Abramo; 2.978/2015, do deputado Tiago Ulisses; 2.981/2015, do deputado Ricardo Faria; 2.986/2015, da deputada Arlete Magalhães.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 11/11/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 778/2015, do deputado Cabo Júlio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.028/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; 2.456/2015, do deputado Emidinho Madeira; 2.581/2015, do deputado Hely Tarquínio; 2.667/2015, do deputado Geraldo Pimenta; e 2.699/2015, do deputado Noraldino Júnior.

Requerimentos nºs 2.722/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais; e 2.841/2015, do deputado Noraldino Júnior.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/11/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.212, do deputado Elismar Prado; 1.276, do deputado Gilberto Abramo; 1.845, do deputado Ivair Nogueira; 1.919, do deputado Sargento Rodrigues; 2.316, do deputado Deiró Marra; 2.408, do deputado Dirceu Ribeiro; 2.568, do deputado Douglas Melo; 2.677, do deputado Fábio Cherem; 2.689, da deputada Rosângela Reis e 2.735/2015, do deputado Iran Barbosa.

Requerimento nº 2.877/2015, do deputado Isauro Calais.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 11/11/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.178/2015, do deputado Ivair Nogueira; e 2.776/2015, do deputado Doutor Jean Freire.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 11/11/2015**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 579/2015, do deputado Fred Costa.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista; 1.584/2015, do deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.592 a 2.595, 2.597, 2.607, 2.611, 2.615, 2.623, 2.624 e 2.629/2015, do deputado Noraldino Júnior.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 11/11/2015**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.782/2015, do deputado Leonídio Bouças.

Requerimento nº 2.869/2015, do deputado Léo Portela.

Audiência pública para discutir a luta de resistência cultural dos negros por meio dos chamados clubes de negros, como parte da história, da memória e do patrimônio imaterial de Minas Gerais.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



## **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 18 horas do dia 11 de novembro de

2015, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação do parecer pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 18/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que assegura às mulheres com elevado risco de desenvolver câncer de mama o acesso ao teste de mapeamento genético pelo Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado; de pareceres, requerimentos, e dos Requerimentos nºs 213/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a paralisação das obras dos hospitais regionais no Estado; 286/2015, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações acerca da falta de água e da superlotação no Ceresp, em Betim, que motivou o princípio de motim em 9/3/2015; 383/2015, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão de Águas pedido de informações sobre a situação do Rio Capivari, sobre o prazo de concessão de outorga às empresas de eucalipto e café presentes na região e sobre o volume de vazão autorizado para captação de água por essas empresas; 385/2015, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao comandante-geral e ao corregedor-geral da PMMG pedidos de informações sobre as medidas adotadas por essa corporação ao final das apurações de crimes militares e infração disciplinar supostamente praticados pelo 2º-Ten. PM Paulo César Pereira Chagas e sobre os resultados da adoção dessas medidas e cópias dos Requerimentos de Comissão nºs 761 e 762/2015; 537/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações acerca da relação de municípios que receberam transferência de ativos de iluminação pública da companhia e qual o motivo do atraso de transferência para alguns municípios; 681/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações acerca da situação geral dos lotes das obras da Rodovia BR-381; 711/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita sejam encaminhados à presidente da Copasa-MG e ao diretor-geral da Arsae-MG pedidos de informações quanto ao aumento de 15,04% da tarifa de água e esgoto, principalmente os aspectos jurídico e econômico que autorizam o reajuste e o cálculo utilizado para se alcançar esse percentual; 748/2015, do deputado Gil Pereira, que solicita a inserção nos anais da Casa do artigo "Crise de identidade no setor elétrico", de Diogo Mac Cord de Faria, coordenador do MBA em Setor Elétrico da FGV/Faculdade IBS, publicado no jornal *Estado de Minas* do dia 24/4/2015; 783/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações quanto ao andamento do projeto para construção de um presídio no Município de Poços de Caldas; e 812/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita sejam encaminhados à presidente da Copasa-MG pedido de informações consubstanciadas em cópia da ata do dia 23/4/2015, dessa empresa, que faz referência a aporte de R\$128.000.000,00 relativo a aditivo de parceria público-privada do setor hídrico, para cuja execução seriam empregados recursos do tesouro do Estado; e cópia do registro desse aditivo e o fundamento legal para esse aporte; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 919/2015, do deputado Paulo Guedes, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Janaúba o trecho que especifica; 1.088/2015, do deputado Sávio Souza Cruz, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 18.707, de 7 de janeiro de 2010; 1.095/2015, do deputado Braulio Braz, que autoriza o poder Executivo a fazer reverter ao Município de Dolores do Indaiaí o imóvel que especifica; 1.109/2015, do deputado Tito Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Caparaó o trecho de rodovia que especifica; 1.196/2015, do deputado Tito Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rodeiro o trecho de rodovia que especifica; 1.588/2015, do deputado Carlos Pimenta, que altera o art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas; 1.606/2015, do deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Visconde do Rio Branco o terreno que especifica; 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica; 1.675/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patrocínio o imóvel que especifica; e 2.720/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 19.091, de 30 de julho de 2010, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Habitação – FEH –, criado pela Lei nº 11.830, de 6 de julho de 1995; e à discussão e votação de pareceres de redação final.



Adalclever Lopes, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva, Ivair Nogueira e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/11/2015, às 13 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos n°s 575 e 576/2015, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 2.450/2015 da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Assuntos Municipais e Regionalização; 2.470, 2.471, 2.472, 2.473, 2.475, 2.477, 2.478, 2.480, 2.481, 2.484 e 2.502/2015, do deputado Noraldino Júnior; 2.541/2015, do deputado Inácio Franco; 2.572/2015, do deputado Duarte Bechir; 2.651/2015, da deputada Ione Pinheiro; 2.677 e 2.743/2015, do deputado Paulo Lamac.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2015.

Paulo Lamac, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite, Cabo Júlio e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/11/2015, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Glaycon Franco, João Vítor Xavier e Tony Carlos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/11/2015, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2015.

Gil Pereira, presidente.



### **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**

#### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.377/2015**

#### **Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas**

##### **Relatório**

De autoria do deputado Deiró Marra, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Comunidade Terapêutica do Triângulo, com sede no Município de Patrocínio.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.



Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 1.377/2015 pretende declarar de utilidade pública a Comunidade Terapêutica do Triângulo, com sede no Município de Patrocínio, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo o atendimento a dependentes químicos e de álcool.

Com esse propósito, a instituição busca prestar assistência à saúde e conscientizar e recuperar o dependente químico e de álcool, além de prepará-lo para sua reintegração social.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.377/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2015.

Antônio Jorge, relator.

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.028/2015**

#### **Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

#### **Relatório**

De autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública a Associação Bondespachense de Proteção aos Animais – ABPA –, com sede no Município de Bom Despacho.

Examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, a matéria vem agora a este órgão colegiado para receber parecer conclusivo, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.028/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Bondespachense de Proteção aos Animais – ABPA –, com sede no Município de Bom Despacho.

Voltada para a assistência e proteção a animais, a entidade, conforme consta em seu estatuto, tem como finalidades principais: esclarecer e educar a população quanto à posse responsável e esterilização dos animais; estimular a adoção de animais abandonados; promover, em âmbito nacional, a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos aos animais e ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável; estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação relativa a essa matéria; promover projetos e ações que visem à preservação, bem como à recuperação e à proteção da identidade física e psicológica dos animais com recursos próprios ou advindos de convênios ou outras formas jurídicas possíveis.

Tais finalidades se coadunam com o espírito dos inúmeros projetos de lei em tramitação nesta Casa, resultado de um amplo debate sobre direitos dos animais. A associação que as desenvolve é, pois, merecedora do título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.028/2015, em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2015.

Marília Campos, relatora.



**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.456/2015****Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Relatório**

De autoria do deputado Emidinho Madeira, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Protetora de Animais – APA –, com sede no Município de Guaxupé.

Examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, a matéria vem agora a este órgão colegiado para receber parecer conclusivo, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.456/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Protetora de Animais – APA –, com sede no Município de Guaxupé.

Tendo como finalidade a assistência e proteção a animais, a entidade, conforme consta em seu estatuto, propõe-se a fazer cumprir as leis relativas a proteção e direitos dos animais, impedir quaisquer atos de prática abusiva de maus-tratos contra os animais, providenciar tratamento veterinário emergencial para os que se encontrem feridos ou enfermos, buscar abrigo e adoção para os animais abandonados e promover o controle de natalidade dos animais. Trata-se de um leque diversificado de ações, que incluem a educação e a conscientização acerca da proteção e prevenção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e saudável, voltadas para o mesmo fim.

Tais ações se coadunam com o espírito dos inúmeros projetos de lei em tramitação nesta Casa, resultado de um amplo debate sobre direitos dos animais. A associação que as desenvolve faz, portanto, jus ao título de utilidade pública

**Conclusão**

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.616/2015, em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2015.

Cássio Soares, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.581/2015****Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Relatório**

De autoria do deputado Hely Tarquínio, o projeto de lei em tela, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.663/2014, visa declarar de utilidade pública a Associação Patense de Reciclagem – Apare –, com sede no Município de Patos de Minas.

Examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada, vem agora a matéria a este órgão colegiado para receber parecer, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.581/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Patense de Reciclagem – Apare –, com sede no Município de Patos de Minas.

Consta em seu estatuto que a associação busca especialmente promover a coleta seletiva e a destinação adequada de materiais recicláveis, bem como apoiar e defender os interesses dos coletores, para melhor qualidade de vida destes e de suas famílias.



A coleta seletiva tem como objetivos a redução, reutilização e separação do material para reciclagem, com geração de trabalho e renda para os coletores e uma mudança de comportamento da sociedade em relação ao desperdício. Os coletores pertencem a um dos segmentos mais excluídos da sociedade, mas, reunidos em associação, ganham força e têm reconhecida a importância de seu trabalho não só na manutenção da limpeza pública, mas também na proteção ao meio ambiente.

Pela relevância do trabalho da associação em termos sociais e ambientais, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.581/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2015.

Marília Campos, relatora.

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.667/2015**

#### **Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

#### **Relatório**

De autoria do deputado Geraldo Pimenta, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Centro de Referência Ambiental e Cultural João Amazonas, com sede no Município de São Joaquim de Bicas.

Examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, vem agora a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VIII, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.667/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Centro de Referência Ambiental e Cultural João Amazonas, com sede no Município de São Joaquim de Bicas.

Tendo como paradigma e marco orientador de suas ações o programa denominado Agenda 21, editado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1.992 – ECO-92 –, o Centro de Referência Ambiental e Cultural João Amazonas se propõe um amplo rol de ações, que convergem para um mesmo fim: a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio ambiental e ecológico sob todos os seus aspectos, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos, inclusive os povos indígenas e quilombolas.

A Agenda 21, segundo o Ministério do Meio Ambiente – MMA –, pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

A Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do País, resultado de vasta consulta à população brasileira. Coordenada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 – CPDS – e construída a partir das diretrizes da Agenda 21 Global, foi entregue à sociedade em 2002.

As ações que nela se pautam são necessárias, urgentes e imprescindíveis para nossa própria sobrevivência. E não se trata de ações de responsabilidade apenas do poder público. Elas supõem um pacto de toda a sociedade, um compromisso de cada cidadão com a qualidade de vida do seu bairro, da sua cidade, enfim, do Planeta.

Uma pequena ação positiva ou negativa na comunidade refletirá na cidade e, conseqüentemente, refletirá no Estado, no País e em todo o mundo. Ou seja, a atitude de cada cidadão é de extrema importância para o presente e o futuro do Planeta. Por isso é que se diz: “Pensar globalmente, agir localmente”.



Ao desenvolver ações que conduzam às finalidades propostas, o Centro de Referência Ambiental e Cultural João Amazonas presta um relevante serviço à comunidade de São Joaquim de Bicas, com efeitos imediatos nas adjacências, os quais terão os seus reflexos, ainda que menos visíveis, no Estado e no País e algum peso no futuro do Planeta.

Pela importância do trabalho que se propõe desenvolver, consideramos meritória a concessão do título de utilidade pública ao Centro de Referência Ambiental e Cultural João Amazonas.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 2.667/2015 na forma proposta.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2015.

Marília Campos, relatora.

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.699/2015**

#### **Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

#### **Relatório**

De autoria do deputado Noraldino Júnior, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública a ONG Viva Vira-Lata, com sede no Município de Nova Lima.

Examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, a matéria vem agora a este órgão colegiado para receber parecer conclusivo, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.699/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a ONG Viva Vira-Lata, com sede no Município de Nova Lima.

Tendo como finalidade a assistência e proteção a animais, a entidade, conforme consta em seu estatuto, propõe-se a fiscalizar o cumprimento das leis relativas à proteção dos animais e do meio ambiente e a desenvolver uma série de ações nesse sentido, que vão desde o controle de natalidade dos animais, o recolhimento e a busca de abrigo e adoção para animais feridos, doentes ou abandonados, até a educação e conscientização acerca da proteção e prevenção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e saudável.

O autor do projeto justifica o seu pleito argumentando que “a proteção animal é uma bandeira que muitos apoiam, mas poucos realmente comprometem a si mesmos e aos seus recursos pessoais em defesa do bem-estar dos animais” e aponta a ONG Viva Vira-Lata como “exemplo de que é possível, sim, com boa-vontade e dedicação, alcançar um patamar elevado na qualidade da prestação de serviços aos seres vivos que não têm voz para pleitear seus direitos, os animais”.

Pela relevância do trabalho que desenvolve, a associação é merecedora do título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.699/2015, em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2015.

Marília Campos, relatora.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.746/2015****Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do deputado Felipe Attiê, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Uberlândia Esporte Clube, com sede no Município de Uberlândia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Uberlândia Esporte Clube, com sede no Município de Uberlândia, pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos que tem por escopo a promoção do esporte e do lazer.

Na consecução desse propósito, a instituição realiza atividades recreativas, sociais, formativas, cívico-culturais, artísticas e de lazer e promove a formação de atletas.

Ao analisar a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou emenda destinada a adequar o nome da entidade ao consubstanciado em seu estatuto. Somos favoráveis à aprovação da mencionada emenda.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida associação em prol da comunidade uberlandense, especialmente sua juventude, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.746/2015, em turno único, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2015.

Anselmo José Domingos, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.776/2015****Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial****Relatório**

De autoria do deputado Doutor Jean Freire, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Grão Pará de Santa Clara e Adjacências – ACPPRGPSC –, com sede no Município de Itamarandiba.

A Comissão de Constituição e Justiça, em seu exame preliminar, concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a esta comissão deliberar conclusivamente sobre o assunto, nos termos do art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.776/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Grão Pará de Santa Clara e Adjacências – ACPPRGPSC –, com sede no Município de Itamarandiba.



O associativismo tem se mostrado um meio eficaz para a promoção do desenvolvimento no meio rural, cujos habitantes nem sempre têm a força necessária quando atuam individualmente. A entidade em questão foi criada com a finalidade de fortalecer a organização econômica, social e política dos produtores rurais de Grão Pará de Santa Clara e adjacências, seja desenvolvendo formas de cooperação que ajudem a produção e a comercialização, seja orientando os produtores rurais sobre técnicas agrícolas, na confecção de mudas, plantio, armazenamento e preparo da terra, seja ainda contribuindo para a organização de movimentos voltados para a proteção e a preservação ambiental.

Além disso, busca ainda prover assistência à saúde das famílias, da maternidade, da infância, da velhice e, em especial, das pessoas portadoras de necessidades especiais. Com tais ações, de inegável relevância social, a ACPPRGPSC faz jus ao título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.776/2015 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2015.

Emidinho Madeira, relator.

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.863/2015**

#### **Comissão de Cultura**

##### **Relatório**

De autoria do deputado Cristiano Silveira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Agremiação Carnavalesca Acadêmicos do Samba, com sede no Município de Dores de Campos.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

##### **Fundamentação**

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Agremiação Carnavalesca Acadêmicos do Samba, com sede no Município de Dores de Campos, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão e a promoção do samba.

Na consecução desse propósito, a instituição executa atividades culturais, artísticas e assistenciais.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol da cultura da comunidade de Dores de Campos, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.863/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2015.

Cristina Corrêa, relatora.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 9/11/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 10/11/2015, que exonerou Duílio de Castro Faria, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 28/10/2015, que nomeou Jean Mauricio Pereira Duarte, padrão VL-51, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dirceu Ribeiro;

nomeando Roseli Aires dos Santos, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Durval Ângelo.

**AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 49/2015****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 88/2015**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que o pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de café e açúcar, teve a sua sessão pública virtual adiada para as 15 horas do dia 24/11/2015, apenas para o Lote 1 (açúcar), tendo em vista a revogação do Lote 2 (café), conforme decisão do diretor-geral publicada no *Diário do Legislativo* de 10/11/2015.

Belo Horizonte, 10 de novembro de 2015.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

**AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 171/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Altas Networks & Telecom Ltda. Objeto: aquisição de pontos de acesso *wireless*. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.4.4.90 (10.1). Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 39/2015, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.